Diário Oficial

Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 91 • São Paulo, quinta-feira, 21 de maio de 2020

Artigo 8º- O descumprimento de qualquer dos dispositivos contidos nesta lei poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no art. 268, do Código Penal, sem prejuízo da responsabilização cível e administrativa, quando for aplicável.

Artigo 9.º- Passam a integrar o Comitê Administrativo Eextraordinário COVID-19 dois Deputados Estaduais, sendo dada preferência ao líder do governo e ao líder da minoria.

Artigo 10- Na execução das medidas emergenciais de enfrentamento ao COVID-19, O Poder Executivo adotará as seguintes diretrizes e ações, definidas nos seguintes eixos:

Eixo 1. Isolamento social horizontal

I- Acesso a meios oficiais seguros de informação e esclarecimento sobre as medidas de prevenção que devem ser adotadas durante o isolamento social horizontal;

II- Levantamento de dados demográficos e de saúde para identificar as localidades com maior concentração de idosos e demais pessoas em grupos de risco, como os doentes crônicos, além daqueles que estiverem, ao mesmo tempo, em situação de vulnerabilidade social, incluindo as pessoas em situação de rua.

III- Utilização de prédios públicos, tais como escolas e arenas poliesportivas, além de prédios públicos subutilizados, e privados, tais quartos de hotéis, unidades habitacionais ainda não comercializadas em empreendimentos imobiliários, dentre outros, para acolhimento das pessoas indicadas nos itens anteriores, mediante indenização por preço justo.

IV- Apoio aos profissionais que trabalham em instituições psiquiátricas e de longa permanência de idosos, bem como nas APAEs do Estado de São Paulo, enquanto durar a pandemia.

V- Disponibilização de meios virtuais de socialização, assegurando-se a todos o direito de livre acesso à rede mundial de computadores (Internet).

Eixo 2 – Segurança alimentar e sanitária para todos

VI- A garantia de segurança sanitária e alimentar para todos é medida que se ampara no direito à vida.

VII- Abertura de novos restaurantes populares, com oferta de refeições em horário ampliado e a preços subsidiados.

VIII- Produção e entrega de cestas básicas aos estudantes matriculados na rede

pública estadual de ensino, em substituição temporária da alimentação escolar, atendo-se o mesmo padrão nutricional estipulado nas normas técnicas, inclusive com a aquisição de parte de seus itens da agricultura familiar e orgânica e suas cooperativas.

IX- Produção e entrega de refeições e kits de higiene em pontos de alta vulnerabilidade, tais como a “cracolândia” paulistana, e também para as pessoas em situação de rua.

X- Produção e entrega de refeições e kits de higiene para atender à demanda

extraordinária de organizações sociais e do terceiro setor que atuam com populações vulneráveis.

XI- Incentivos fiscais e linhas de crédito específicos para estabelecimentos comerciais do ramo de alimentação, aqui abrangidos os de organização familiar, para manutenção de empregos e atendimento às demandas da população paulista.

XII- Instituição de auxílio alimentação de no mínimo R\$ 100,00 (cem reais) para os chefes de famílias com rendimento de até 03 (três) salários mínimos.

XIII- Ampliação o Programa Viva Leite e aproveitamento de seu cadastro e rede

logística para entrega de kits de higiene para a população vulnerável;

Eixo 3- Proteção do Trabalho e da Atividade Produtiva

XIV- Criação de Grupo Setorial de Combate ao Desemprego, sob coordenação do

Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, com representação dos sindicatos patronais e de trabalhadores, para definição de estratégias de ação comuns pela preservação de empregos, inclusive mediante isenções fiscais; Instituição de um Programa Estadual de Transferência e Complementação de Renda, que, isoladamente ou em complementação com programa federal equivalente, assegure aos chefes das famílias paulistas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CADUNICO) remuneração mínima de R\$

1.200,00.

XV - Implantação de programa de compras públicas nos polos econômicos do Estado

que priorizem empresas de pequeno e médio porte e, ainda, a agricultura familiar e orgânica e suas cooperativas.

XVII- Realização de convênios com o Banco nacional de Desenvolvimento Econômico

e Social (BNDES) para fornecimento de linhas de crédito, com ou sem vinculação com o Desenvolve SP e o Banco do Povo Paulista, para a população paulista, inclusive os trabalhadores autônomos, empreendedores individuais e trabalhadores informais.

XVIII- Gestão junto às instituições financeiras privadas para negociação de linhas de crédito e condições de pagamento específicos para a população paulista enquanto durar a pandemia.

XIX- Isenção, por 06 (seis) meses de ICMS no Simples Nacional, na substituição tributária e nas compras interestaduais, bem como da taxa de acesso ao serviço do Posto Fiscal Eletrônico, para empresas com faturamento anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), bem como a não aplicação de multas pelo mesmo período para obrigações acessórias.

XX- Suspensão do pagamento de precatórios de grande valor e renegociação das parcelas para pagamento ao final.

XXI- Utilização dos juros dos depósitos judiciais do TJSP para ações de combate à pandemia.

XXII- Suspensão dos gastos governamentais com publicidade, à exceção dos recursos

utilizados para campanhas de esclarecimento sobre a pandemia.

XXIII- Compromisso com a não revogação de contratos públicos com prestadores de serviços e terceirizados.

Artigo 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

As medidas de isolamento social adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo não produziram os efeitos esperados como o aumento da adesão da população, somados a absoluta falta de coordenação das esferas governamentais, representando grave risco de tornar as consequências da atual pandemia ainda mais gravosas à população. Medidas pontuais como a antecipação de feriados, sem a efetiva restrição de circulação de veículos pelas estradas e rodovias, podem representar uma saída em massa rumo às cidades do litoral, que já está muito afetado pela pandemia e levar a contaminação para cidades do interior.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme o art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Assim, considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus e que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar uma maior disseminação da doença no Estado de São Paulo.

A forma mais adequada de reduzir a aceleração de difusão do vírus é reduzir ao máximo o número de aglomeração e circulação de pessoas, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial de Saúde e que entre a colisão dos direitos constitucionais de ir e vir (artigo 5º, inciso XV) e os igualmente constitucionais direitos à vida e à saúde, deve-se sempre prestigiar os direitos à vida (artigo 5º, caput) e à saúde (art. 6º, caput), em prestígio ao milenar aforismo salus Populi suprema lex - “a saúde pública é a lei suprema”.

Com o objetivo de chegar na meta de no mínimo 70% na adesão da população ao isolamento social, vimos pela presente emenda apresentar medidas de isolamento social mais rígidas, com garantia apenas do funcionamento das atividades essenciais.

Faz necessária a participação do Poder Legislativo paulista, por meio de seus Deputados Estaduais, no Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19, responsável pela tomada de decisões em um momento tão crítico para a saúde da população paulista. Trata-se de uma medida que visa a atuação harmônica dos 03 poderes, passando assim o Comitê a ser composto por membros de todos os poderes.

A presente emenda procura ainda corrigir as ações de enfrentamento à pandemia nos eixos de isolamento social horizontal, proteção sanitária e alimentar para todos e proteção do trabalho e da atividade produtiva.

Sala das Sessões

Teonílio Barba

Beth Sahão

Dr. Jorge do Carmo

Emídio de Souza

Enio Tatto

Jose Americo

Luiz Fernando Teixeira

Marcia Lia

Paulo Fiorilo

Professora Bebel

Para assegurar a realização de atividades essenciais, a emenda substitutiva exclui a circulação de veículos e viaturas de ambulância, policiais, profissionais de saúde em deslocamento, transporte de passageiros, caminhões e serviços de atividades essenciais, bem como moradores em deslocamento.

O parecer do Relator não acatou a emenda e por isso, somos forçados a apresentar o presente voto em separado para manifestar as razões da nossa discordância.

A falta de coordenação das ações governamentais em todos os níveis, produz resultados dramáticos, o Brasil alcançou o triste e lamentável resultado de mais de mil mortes por COVID-19 por dia, segundo o Ministério da Saúde e foram 17.971 mortes pela COVID-19. Soma-se a isso, um Presidente da República, que perdeu todas as condições de ser Presidente e contribui para o genocídio da população por seus atos de irresponsabilidade.

Medidas pontuais como de antecipação de feriados proposta pelo governo do Estado, como foram adotadas na capital, que antecipeu os feriados de corpus christi de 11 de junho e da Consciência Negra, em 20 de novembro, podem ser exitosas se houver a garantia de que não haverá deslocamento em massa de milhões de pessoas e suas famílias para as cidades do litoral e do interior paulista, o que pode agravar a contaminação viral.

Decretar o “feriadão” não vai assegurar por si só o isolamento social, por isso a necessidade de combinar com medida restritiva e circulação de pessoas e veículos.

Em se tratando de preservação de vidas, não se pode titubear como alguns governantes têm feito, principalmente porque estão de olho em disputas políticas e eleitorais. É preciso ter a responsabilidade de apresentar soluções em defesa da vida, como a restrição de circulação de veículos e o isolamento total.

Diante do exposto, apresentamos Voto em separado com ressalvas ao Projeto de lei 351 de 2020, e declaramos voto favorável às emendas apresentadas pela Bancada do Partido dos Trabalhadores.

a) Professora Bebel a) Emidio de Souza a) Paulo Fiorilo

VOTO EM SEPARADO

De autoria do Senhor Governador do Estado, o projeto em epígrafe dispõe sobre alteração da data de comemoração do feriado civil de 9 de julho, data celebre do Estado de São Paulo, instituída pela Lei nº 9.497, de 5 de março de 1997.

Decorrido o período de pauta, tramitando em regime de urgência, a propositura foi encaminhada ao Congresso de Comissões, que devem se manifestar conjuntamente por força da convocação extraordinária realizada pelo Presidente da Assembleia Legislativa nos termos do artigo 18, inciso III, alínea “d”, do Regimento Interno.

Neste sentido, no que tange às atribuições da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a disposição do texto original esta revestida do necessário fundamento para atingir o direito ali esposado. Dando sequência a análise temática, passo diretamente as funções da Comissão de Educação e Cultura nos termos do artigo 31, § 4º, combinado com o artigo 33, II, “c”, do Regimento Interno, por abarcar nesta síntese, a temática da Comissão de Finanças, como passo a fazê-lo:

Ao verificarmos que o objetivo é alterar o feriado civil mais importante de São Paulo, temos que nos levantar a altura dos defensores que deram suas vidas pela defesa da Constituição, já que o dia 9 de julho não é apenas um importante marco na memória dos paulistas, mas sim uma data de reflexão, principalmente no momento atual que o Estado de São Paulo vive, pois, em 9 de julho de 1932 foi iniciada uma resistência de 87 dias que contou com 40.000 combatentes, entre mais de 200.000 alistados no estado, para rejeitar o controle central imposto pelo governo transitório e seus interventores, entusiastas da última moda europeia de dominação, o nacional-socialismo e o fascismo.

Foi uma forma de resistir àqueles que eram contrários ao livre pensamento, ao direito à autodeterminação, notadamente, características que remetem governantes da atualidade que tem uma tendência para o exercício de forte controle autocrático ou ditatorial.

Rememore-se que aquele governo de caráter provisório, mas com amplos poderes fechou o Congresso Nacional e o Legislativo de estados e municípios, além de depor governadores, indicando interventores de sua confiança para ocupar os cargos.

Essa política centralizadora e a necessidade de uma nova Constituição desagradaram os paulistas, que reagiram pedindo eleições e o fim do governo provisório.

Pois bem, após quase três meses de combates em diversas divisas do Estado de São Paulo, o conflito foi encerrado com a derrota das forças constitucionalistas no dia 2 de outubro de 1932. Como resultado 70 participantes do exército constitucionalista foram exilados em Portugal. A Revolução, apesar de derrotada por Getúlio Vargas teve, de alguma forma, suas ideias vingadas em maio de 1934 com a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Fala-se em 830 mortos, em muitos presos, cassados e até deportados, portanto, 09 de julho não é apenas a data de um feriado cívico, é a memória da luta do povo paulista em defesa da democracia, dos ideais de liberdade de associação e pensamento, de auto determinação e construção de valores.

Submeter a população do Estado de São Paulo a uma mudança da data do feriado, é ferir com um golpe na memória e, na história do povo paulista. É forma afrontosa de destruir o sentimento de civismo e pertencimento dos valores de libertação, sem a apresentação de um estudo científico da eficiência provada do estabelecimento de um isolamento horizontal que confina pessoas em suas casas, além de propiciar àqueles que, se o quiserem fazer, irão se deslocar a outras localidades do estado, se tornando verdadeiros transportadores do vírus do Covid-19, revelando-se sem dúvida em uma medida equivocada, que apenas causou prejuízo à memória da Revolução Constitucionalista, um prejuízo ao Povo de São Paulo e em que pese a temática, um prejuízo à saúde do estado, que deve sim, buscar a conscientização da adoção de medidas de higiene e proteção, recomendadas pelo Ministério da Saúde, como a limpeza de mãos, uso de máscaras e ausência de contato físico.

Ademais, os veículos de informação, importantes disseminadores de informação, trouxeram nas ultimas horas do dia 20 de maio de 2020, informações que dão conta de um grande numero de pessoas se deslocando para regiões litorâneas e interior, bem como, realizando viagens interestaduais, buscando regiões serranas.

Reitero o tema das atividades, em que pese a temática desta comissão, pois as empresas precisam fazer os recolhimentos de impostos e pagar folhas de pagamento bastante volumosas e nas atuais condições, continuar propondo medidas de fechamento é impor a extinção das empresas, com inúmeras perdas de empregos e, sistematicamente, tem sido negadas medidas que poderiam amenizar essa situação, tais como moratória de impostos, redução de obrigações assumidas anteriormente, o que faz presumir que, perdurando tal situação, há o risco da existência da própria atividade. Por outro lado, o Governador têm atuado de modo a manter diversas atividades que lhe são convenientes, o que quebra a isonomia entre o estado e os municípios que também seriam afetados com a mudança da data requerida no projeto de lei, pois, estão diretamente envolvidos na questão e enfrentam uma extrema preocupação na própria manutenção, visto que há risco iminente na escassez de arrecadação.

Não é possível fugir de um recorte histórico e epidemiológico, para dizer que a varíola, a cólera, a febre amarela, a poliomielite, a tuberculose e a meningite são algumas das doenças que provocaram grandes estragos ao longo dos quase 500 anos de história de São Paulo.

Porém, a única que se aproximou dos efeitos causados pelo coronavírus, colocando a população trancada dentro de casa, foi a gripe espanhola de 1918. A gripe espanhola matou mais de 4.000 pessoas e infectou cerca de dois terços da população, o que fez a capital parar de pulsar. Foram 66 dias de confinamento, entre 15 de outubro e 19 de dezembro de 1918. No Brasil, a população tinha medo. Estabelecimentos foram fechados, aglomerações foram proibidas. Fiéis foram desaconselhados até a ir a missas. Muita gente adoeceu, em grandes e pequenas cidades. Houve lugares em que mais da metade da população ficou doente e não havia quem cuidasse dos infectados. Os mortos eram tantos que houve pane nos serviços funerários. Assim, a história se repete, mas não estamos no ano de 1918, a ciência evoluiu, mas a sensação e a narrativa para criar o pânico na população é o mesmo. De acordo com historiadores, as orientações e os conselhos para enfrentamento da gripe espanhola eram muito similares aos atuais: lavar as mãos, evitar aglomerações, preferir locais arejados, evitar apertos de mão e abraços, mas lá em 1918, diziam que deveria se evitar o pânico, porque os médicos já evidenciavam que o pânico abaxiava a imunidade e deixava a pessoa mais suscetível à gripe.

A epidemia da gripe espanhola em São Paulo, teve os primeiros casos registrados em 16 de outubro e os últimos em 19 de dezembro de 1918. Em pouco mais de dois meses foram notificados 116.777 infectados (22,32% da população da capital), sendo 86.366 apenas no mês de novembro. Em apenas três dias, entre 29 e 31 de outubro, 14.066 pessoas adoeceram. Sem considerar ainda que os números reais devem ser muito superiores aos mencionados pelos historiadores.

A Pandemia de importância internacional, causada pelo vírus Covid-19, apresentou até o presente 66.049 casos confirmados (0,55% da população da capital) e 5.147 mortes em todo o estado, o que demonstra além de tudo, que os sistema de saúde não foi desenhado a partir de experiencias anteriores, projetando o crescimento das populações.

Portanto, nós, parlamentares investidos com a premente missão de decidir os rumos de vida da população paulista por meio de leis e atos, não podemos deixar de compreender que as pandemias costumam afetar significativamente a força produtiva das empresas, principalmente a partir da perda de força de trabalho devido a mortes e enfermidades, com mais faltas de funcionários e menor produtividade em virtude de obrigações familiares, distanciamento social e medo de infecção, bem como, interrupções operacionais, incluindo paradas e atrasos nas redes de transporte e cadeias de suprimentos; redução da demanda dos clientes; dano à reputação da empresa se a resposta de uma organização a um surto for vista como ineficaz ou se suas comunicações com as partes interessadas internas e externas forem vistas como incompletas ou enganosas. O Parlamento Paulista não pode ser o motor de decisões que contribuam para esta falência, adotando medidas como a proposta no projeto de lei, objeto deste voto.

A partir desse quadro de tensão instalado na sociedade, com o receio de desaceleração econômica e a depreciação dos ativos, o reflexo mais visível das pandemias na economia é a queda nas Bolsas de Valores, especialmente das regiões mais afetadas como São Paulo e que inclusive é local sede da citada instituição encarregada de gerir os negócios. Em outras palavras, com receio de que a pandemia afete mais pessoas e exija esforços de governos para contê-la, investidores se antecipam e colocam seus recursos em investimentos seguros que não ações de empresas.

Precisamos urgentemente superar nossas dificuldades no enfrentamento dos efeitos causados pela Pandemia de

importância internacional causada pelo Covid-19, sem autorizar o uso desta Assembleia Legislativa como instrumento de ações equivocadas, passíveis de destruir o estado e nossas cidades.

Por fim, somos contrários ao Substitutivo nº 01 apresentado ao PL bem como as demais emendas apresentadas, especialmente à emenda 03 de autoria do nobre Deputado Paulo Fiorilo para instituir “lockdown” de 15 dias, proibindo a circulação de pessoas e veículos.

Isto posto, apresento voto contrário ao Projeto de Lei nº 351, de 2020.

a) Valeria Bolsonaro

VOTO EM SEPARADO

De autoria do Excelentíssimo Governador João Dória, publicado no Diário da Assembleia em 19 de maio de 2020 e aprovado o requerimento de urgência na mesma data, o projeto de lei nº 351, de 2020, que altera a data de comemoração do feriado civil de 9 de julho, vem ao Congresso de Comissões para ser apreciado pela Comissão de Educação e Cultura.

No mérito, considerando que o objetivo da proposta é aumentar a adesão ao isolamento social, é necessário considerar que a prolongação excessiva dos feriados pode gerar o efeito contrário, servindo como estímulo para que muitas pessoas encarem os dias livres como uma oportunidade para realizar passeios e viagens.

A concretização dessa hipótese resultará em um grande prejuízo à contenção da circulação do coronavírus, que é justamente o que se pretende evitar. Em que pese o aumento da adesão ao isolamento social aos domingos, não é possível pressupor que o mesmo aconteceria em uma sucessão de dias considerados feriados.

Uma situação pretérita semelhante que pode indicar a ocorrência de efeito reverso ao pretendido é a queda do índice de isolamento social que ocorreu no feriado da Páscoa. De acordo com matéria publicada na Veja, em 12 de abril de 2020, “a adesão da população ao isolamento social no estado de São Paulo caiu de 57%, no feriado de sexta-feira santa, para 55% no sábado, informou neste domingo, 12, o governo. O índice é 15 pontos percentuais menor do que o ideal desejado pela administração para conter a proliferação de coronavírus, que é de 70%” (disponível em https://veja.abril.com.br/brasil/coronavirus-isolamento-social-cai-para-55-em-sp-no-sabado/- acesso em 20 de abril de 2020).

Já no início dos feriados municipais da capital no dia 20 de maio, percebe-se um movimento crescente de pessoas viajando para o litoral e para o interior, com grave risco de disseminação da Covid-19 para regiões que atualmente possuem uma densidade reduzida de casos.

Diante do exposto, manifesto voto contrário à aprovação do projeto de lei nº 351, de 2020.

a) Bruno Ganem

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 20/05/2020

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

MONICA SAPUCAIA MACHADO, RG nº 126789189, matrícula nº 26643, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE ESPECIAL DE GABINETE, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 15/05/2020. (Decisão nº1061/2020);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

SORAYA BEZERRA SILVA, RG nº 43826632-8, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de FABIA ZUANETTI FRANCO.

(Decisão nº1062/2020);

THAIS OLIVEIRA NASCIMENTO COSTA, RG nº 49214431, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de ANDREIA CRISTINA DA CONCEIÇÃO MORAIS.

(Decisão nº1063/2020);

PROCESSO Nº 1581/02

Interessado(a): EMILIA NAOMI TODO LIEM, mat. 13244

Assunto: Aposentadoria

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE APOSENTAR, A PARTIR DE 04/05/2020, nos termos do(a) artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, da Constituição Federal, combinado com o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 49/2020, da Constituição Estadual, do artigo 2º, §2º, do Ato nº. 01/2018 da Mesa, e do artigo 201, § 9º da Constituição Federal, o(a) senhor(a) EMÍLIA NAOMI TODO LIEM, R.G. nº 237286415, matrícula nº 13244, ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC–II do quadro desta Secretaria, visto contar com 8364 dia(s) de tempo de contribuição no serviço público e 5443 dia(s) de tempo de contribuição à iniciativa privada, conforme certidão do INSS, fazendo um total de 37 ano(s), 9 mes(es) e 29 dia(s) de tempo de contribuição computado até 06/03/2020, como consta do Título de Liquidação de Tempo de Contribuição nº 227/2020, ficando-lhe assegurados os proventos mensais correspondentes a:

1) Nível VIII, da Escala de Classes e Vencimentos, anexo III, da Resolução nº 878/2012, combinado com o caput do artigo 69 da Resolução nº 776/1996;

2) Gratificação Incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar nº 813/1996 e do caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 986/2005, correspondente a 10/10 (dez décimos) da Gratificação de Representação de Gestor de Divisão;

3) Vantagem Pessoal incorporada a seus proventos, nos termos do artigo 133 da Constituição Estadual, regulamentada pelo Ato nº 13/1993, da Mesa, relativo a 10/10 (dez décimos) da diferença da remuneração do seu cargo efetivo para a remuneração do cargo de Gestor de Divisão;

4) Gratificação Legislativa, instituída pela Lei nº 8238/1993;

5) Adicional Por Tempo de Serviço, incidente sobre os Itens 1,2,3 e 4;

6) Sexta - Parte, incidente sobre os itens 1,2,3,4 e 5;

Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional. (Decisão nº1064/2020);